



Avaliação Externa das Escolas
Relatório de escola

**Escola Secundária com 3.º Ciclo
do Ensino Básico de Matias Aires**
SINTRA

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo da IGE
Datas da visita: 24 e 25 de Janeiro de 2011

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa.

Após a realização de uma fase-piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho Conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao programa nacional de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária com 3.º ciclo do Ensino Básico de Matias Aires – Sintra, na sequência da visita efectuada nos dias 24 e 25 de Janeiro de 2011.

Os capítulos do relatório – *Caracterização da Escola, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais* – decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

O texto integral deste relatório está disponível
no sítio da IGE na área
[Avaliação Externa das Escolas 2010-2011](#)

II – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária com 3.º ciclo de Matias Aires localiza-se na freguesia de Aqualva, na fronteira de duas das quatro freguesias da cidade de Aqualva-Cacém, no concelho de Sintra. A população discente que a frequenta é oriunda maioritariamente desta freguesia e da contígua, Mira Sintra.

De acordo com os dados facultados pela Escola, o total de alunos é de 1009, distribuídos por 50 turmas. Destas, 29 são do ensino básico, incluindo duas de percursos curriculares alternativos (582 alunos) e 21 do ensino secundário (427 alunos). Quanto à oferta educativa no ensino básico, as opções passam também pelos cursos de educação e formação - CEF (tipo 2/nível 2) de Operador de Informática, Empregado/Assistente Administrativo, Acompanhante de Acção Educativa e Empregado/Carpinteiro de Limpos. O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) abarca uma turma de tipo 1 e outra de tipo 2. Quanto ao ensino secundário, a oferta abrange: os cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades; o curso tecnológico de Desporto e os cursos profissionais (Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Apoio à Infância e Animador Sociocultural).

Segundo o perfil validado pela Escola, 36% dos alunos não têm naturalidade portuguesa, sendo oriundos de 18 países diferentes, o que revela a diversidade linguística e cultural da população escolar. É claro o predomínio dos provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (31%). Beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da Acção Social Escolar, 56,6% dos alunos, dos quais 35,5% do escalão A e 21,1% do escalão B. Não dispõem de computador em casa, nem de acesso à *Internet*, 33,2% dos alunos (20,5% do ensino básico e 12,7% do secundário). As habilitações dos pais e encarregados de educação situam-se, principalmente, ao nível do ensino básico, totalizando 78,2% do universo (27,7% possuem o 1.º ciclo, 20,8% o 2.º e 29,7% o 3.º), 15,0% têm o nível secundário e 5,6% possuem habilitação superior; 1,2% não apresenta habilitações académicas. Embora se desconheça a profissão de 39,1% dos pais e encarregados de educação, daqueles em que esta é conhecida, há 0,5 % que desenvolvem a sua actividade no sector primário, 34,1% no sector secundário (com relevo para os *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e Construção Civil*: 18,5%) e 65,4% no terciário (com maior expressão para o *Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e de Segurança*: 21,2%, e *Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio*: 15,8%).

O corpo docente, constituído por 118 professores, é estável (69% pertencem ao quadro de Escola ou de zona pedagógica e 31% são contratados) e experiente (76% possuem mais de 10 anos de serviço). O pessoal não docente perfaz 31 trabalhadores: oito assistentes técnicos, uma coordenadora técnica, uma encarregada operacional e vinte e um assistentes operacionais. Destes trabalhadores um encontra-se ao abrigo das medidas contrato emprego-inserção. Prestam, ainda, serviço na Escola uma técnica superior (psicóloga) e um elemento do Gabinete Coordenador da Segurança Escolar (GCSE).

III – CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. Resultados

BOM

As taxas de transição e conclusão apresentam oscilações, ao longo do triénio, tanto no ensino básico como no secundário, não obstante a implementação de um conjunto diversificado de estratégias de melhoria. Nos exames nacionais de 9.º ano constata-se uma tendência geral de decréscimo nos resultados em Língua Portuguesa e Matemática. No curso tecnológico de Desporto verifica-se uma evolução considerável das taxas de sucesso no 10.º ano. Os resultados nos exames nacionais de 12.º ano registam flutuações nas disciplinas de Português, Matemática e História, apresentando valores inferiores às médias nacionais; na disciplina de Economia A foram superiores, nos dois últimos anos. Os alunos são auscultados e reconhecem a abertura e a disponibilidade da direcção a propostas relativas a assuntos do seu interesse. O desenvolvimento cívico constitui uma área prioritária de intervenção, em relação ao qual são organizadas múltiplas actividades que potenciam, de forma progressiva, uma cultura de co-responsabilização e a interiorização de hábitos do saber-ser e do saber-estar. De realçar as medidas com vista à minimização de comportamentos indisciplinados e até desviantes, de alguns alunos, articulando-se esforços entre intervenientes internos e externos. Salientam-se, como aspectos muito positivos, a abrangência da oferta educativa e formativa face às necessidades dos alunos,

bem como a valorização da excelência, do empenho e do mérito, através de um leque variado de iniciativas partilhadas com a comunidade.

2. Prestação do serviço educativo

BOM

As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, que têm a seu cargo a monitorização do processo de ensino e aprendizagem, constituem-se como efectivos espaços de análise, de partilha de experiências e de recursos pedagógicos. Realça-se a definição de perfis de competências e de desempenho, em resultado de um trabalho global de reflexão realizado pelas mesmas, consubstanciado na monitorização sistemática dos critérios de avaliação e da sua aplicação, agilizada por uma base de dados interna. O trabalho efectuado ao nível da gestão do currículo nos dois níveis de ensino e na identificação de áreas/conteúdos em que os alunos revelam maiores dificuldades é, em regra, consistente. Existem mecanismos que asseguram o controlo da qualidade das práticas pedagógicas, embora a supervisão em contexto de sala de aula não constitua um procedimento institucionalizado. São disponibilizadas diferentes modalidades de apoio para dar uma resposta diferenciada às necessidades dos alunos, havendo uma articulação entre os recursos da Escola e os parceiros externos. A não monitorização sistemática e estruturada de todas as medidas implementadas condiciona, porém, a avaliação mais consistente e precisa do seu impacto e eficácia. A possibilidade de entrada em funcionamento de uma sala de actividades educativas funcionais configura uma oportunidade de reforço na resposta às necessidades educativas especiais. Releva-se a abrangência do currículo e a valorização dos saberes e das aprendizagens, em diversas áreas, com forte impacto na formação integral dos alunos.

3. Organização e gestão escolar

MUITO BOM

Os documentos estruturantes revelam coerência entre si e são referentes para a organização do processo de ensino e aprendizagem. O Projecto Educativo espelha a visão da Escola, definindo, de forma clara, prioridades e estratégias de operacionalização. Embora esteja prevista a sua monitorização, a não calendarização das metas e a existência de indicadores mensuráveis apenas em alguns dos objectivos definidos dificultam a avaliação do grau de consecução dos mesmos. A distribuição do serviço é efectuada numa lógica de adequação às funções e em prol de uma eficiente gestão dos recursos humanos, tendo em conta os interesses pedagógicos. O plano de formação apresenta algumas fragilidades não dando ênfase às práticas consolidadas, quer de formação interna quer de replicação de conhecimentos entre pares. Os espaços e os equipamentos são adequados ao desenvolvimento das aprendizagens. As intervenções realizadas no terreno exterior ao espaço escolar possibilitam a intrusão de estranhos e a saída indevida de alunos através do muro norte. É de evidenciar, como aspecto muito positivo, o recurso estratégico às tecnologias de informação e comunicação para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e da dinâmica organizacional da Escola. Os recursos financeiros são rendibilizados, em consonância com as prioridades educativas estabelecidas. Embora a Associação de Pais seja reconhecida como parceira na resolução de problemas, o acompanhamento do percurso escolar dos alunos, bem como a participação dos pais e encarregados de educação na vida da Escola, constituem um problema por resolver. Realça-se a valorização conferida à dimensão social da educação e à integração socioescolar, com vista a propiciar à população discente idênticas oportunidades de sucesso.

4. Liderança

MUITO BOM

Os documentos estruturantes traduzem, de forma clara, uma visão e estratégia para o desenvolvimento da Escola, perspectivando-a como inclusiva e, através da sua oferta educativa diversificada, promotora do sucesso educativo de todos os alunos. No entanto, a definição de indicadores avaliáveis apenas em algumas dimensões de intervenção e a não hierarquização e calendarização da generalidade dos objectivos para o desenvolvimento da organização limitam a sua capacidade de auto-regulação. Constituem um traço marcante da Escola a motivação e o empenho dos vários patamares de liderança, assim como dos diferentes profissionais, em torno das finalidades delineadas no Projecto Educativo. A Directora incentiva as diferentes estruturas intermédias a tomar decisões nas áreas das suas competências. Revelando grande capacidade de aceitar desafios, a Escola adere a projectos de melhoria e de inovação, designadamente na área das metodologias de ensino e desenvolvimento curricular. A rede activa de parcerias e protocolos estabelecidos, na procura de respostas

contextualizadas às necessidades educativas e formativas dos seus alunos, está consolidada e tem impacto na melhoria da prestação do serviço educativo.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

SUFICIENTE

A Escola tem instituídas rotinas de auto-avaliação, em que são analisados os resultados académicos, a concretização do Plano Anual de Actividades e o funcionamento das estruturas de coordenação. Pese embora o trabalho meritório efectuado por várias equipas de auto-avaliação constituídas, desde 2006, o processo desenvolvido não se revelou estruturado, com linhas de orientação estratégica e consubstanciado em instrumentos fiáveis; constataram-se fragilidades na divulgação dos resultados à comunidade educativa. Em resultado destas práticas, denotando uma atitude crítica de auto-questionamento, a Escola identificou áreas de intervenção pedagógica prioritárias e determinou estratégias de superação das debilidades. A comunidade escolar reconhece a necessidade de aperfeiçoamento do processo de auto-avaliação, de forma a torná-lo uma ferramenta estratégica de planeamento e de acção, que assegure a melhoria do seu desempenho organizacional.

IV – AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

A Escola conhece os resultados académicos dos alunos e procede, regularmente, à respectiva análise, envolvendo no processo os diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. Estes identificam vários factores externos que condicionam as possibilidades de sucesso: heterogeneidade sociocultural associada a um número elevado, e crescente, de discentes cuja língua materna não é o português, baixas expectativas dos alunos e das famílias em relação às aprendizagens, associadas a problemáticas do foro social. É, igualmente, reconhecido pelos responsáveis que, não só o número de alunos estrangeiros tem vindo a aumentar, como as respectivas matrículas ocorrem em qualquer momento do ano lectivo. Nos dois últimos anos, a Escola tem acolhido inúmeros alunos que não conseguiram efectuar a respectiva matrícula em estabelecimentos de ensino de freguesias vizinhas. Os responsáveis admitem, igualmente, a necessidade de direccionar as estratégias de actuação para o reforço de actividades que desenvolvam, transversalmente, as competências básicas de leitura, escrita e raciocínio matemático. Assim, a fim de melhorar os resultados académicos, a Escola fez um forte investimento a vários níveis: na diversificação da oferta educativa, nos apoios educativos de carácter transitório, no Plano Nacional de Leitura (PNL) e no Plano da Matemática II (PAM II). Alargou o leque de medidas implementadas: a afectação da área curricular não disciplinar de Estudo Acompanhado a alunos do ensino básico com Português Língua Não Materna (PLNM) e de apoios específicos neste âmbito a alunos do ensino secundário, a definição de perfis de desempenho em Matemática e para cada ano de escolaridade (desde 2008-2009), a reestruturação da *Sala de Estudo* (em 2009-2010), a criação de salas virtuais na plataforma *Moodle*, a aplicação do *Plano de Acção Tutorial* e a oferta de apoios para exame nos ensinos básico e secundário. Todavia, a implementação recente de algumas destas acções não permite avaliar em que medida contribuem para a melhoria dos resultados. A Escola considerou que as situações de abandono escolar, em 2009-2010, tiveram um carácter residual, decorrente da actuação célere e preventiva por parte dos responsáveis, junto das famílias.

Segundo os dados disponibilizados pela Escola, respeitantes ao triénio de 2007-2008 a 2009-2010, no 3.º ciclo do ensino básico regular, as taxas de transição/conclusão registaram uma flutuação. Houve, contudo, melhoria do início para o final do triénio (60,8%; 77,7% e 65,8%), embora os valores percentuais permaneçam muito abaixo da média nacional (-24,5%; -7,6% e -19,4%). Nos exames nacionais de 9.º ano, constata-se uma tendência geral de decréscimo nos resultados em Língua Portuguesa (90,0%; 57,3% e 43,6%), sendo que, em 2008, superaram os valores homólogos nacionais (+5,1%) e em 2010 já se afastaram significativamente (-26,6%). Também em Matemática, houve um decréscimo nos resultados (32,6%; 26,9% e 17,7%), sendo notório

o afastamento em relação às médias nacionais (-24,7%; -39,1% e -33,6). Em termos de evolução dos resultados no ensino secundário, no triénio em análise, as taxas de transição/conclusão, nos cursos científico-humanísticos, apresentam oscilações nos 11.º e 12.º anos (84,8%; 72,7%; 76,2% e 38,1%; 30,2%; 38,0%, respectivamente), assistindo-se a uma sucessiva regressão no 10.º ano (76,5%; 70,7% e 67,8%). No curso tecnológico de Desporto constata-se uma evolução considerável dos resultados no 10.º ano (60,8%; 63,6% e 80,6%), sendo que a tendência de melhoria ocorrida entre 2007-2008 e 2008-2009 nos 11.º e 12.º anos, não foi sustentada no ano seguinte (66,3%; 90,9% e 80,9% e 29,6%; 50% e 27%). No que se refere aos exames nacionais de 12.º ano, na disciplina de Português as classificações foram tendencialmente decrescentes (8,7; 9,8 e 8,3 valores) e inferiores às médias nacionais (-1,7; -1,9 e -2,7 valores). Registaram-se oscilações nas disciplinas de Matemática (11,6; 9,5 e 10,0 valores) e de História (7,3; 9,1 e 8,5 valores), mantendo-se os valores inferiores aos nacionais (em 2010: -2,2 valores e -3,4 valores, respectivamente). Já na disciplina de Economia A, os resultados (11,3; 14,2 e 13,9 valores) foram superiores aos nacionais nos dois últimos anos. Relativamente aos CEF e aos cursos profissionais, os dados disponibilizados pela Escola não permitem analisar as respectivas taxas de conclusão, em função do número de alunos que iniciaram os cursos e os concluíram.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

Os alunos cooperam na avaliação do Projecto Educativo (PE) a partir de respostas a inquéritos por questionário e na reformulação dos documentos estruturantes, através dos seus representantes, eleitos. Reconhecem a disponibilidade e a abertura da direcção a propostas relativas a assuntos do seu interesse. Há uma clara valorização do papel dos delegados, que participam nos conselhos de turma intercalares. Os alunos estão organizados em Associação de Estudantes. Esta, recém-eleita, antevê a realização de um leque variado de actividades que consubstanciam o respectivo plano de acção. Nos projectos curriculares de turma e em Área de Projecto do 12.º ano, os alunos propõem actividades de natureza diversa, entre as quais a construção de projectos de mini-empresas. Os alunos reconhecem o investimento feito pela Escola no âmbito da educação e do exercício da cidadania responsável (*Eu Vou descobrir - Regras Básicas de Como Viver em Sociedade*, a título de exemplo), sendo envolvidos em várias iniciativas destinadas a estimular atitudes de solidariedade (*Dádiva de Sangue*, recolha de material escolar, cabazes de Natal, *Solidariedade para o Haiti*, entre outros) e a promoção de hábitos de vida saudável (comemoração do Dia Nacional da Alimentação, numa organização dos gabinetes da *Saúde* e da *Condição Física*). Destacam, igualmente, como positivas, a dinamização e participação em múltiplas iniciativas e projectos, internos e externos, no âmbito desportivo (por exemplo, *Pobreza e Exclusão: Eu Passo* – turmas PIEF), ambiental (*Programa Tinteirinho*), cultural (celebração do Dia Mundial da Diversidade Cultural - alunos com PLNM) e social (*Dia da Gastronomia*). Através do Quadro de Valor *Professor José Amores*, é reconhecido o envolvimento e/ou a participação de alunos em acções meritórias.

1.3 Comportamento e disciplina

Assumida, pela comunidade educativa, a existência de alunos com comportamentos perturbadores, indisciplinados e até desviantes, os responsáveis encaram-nos como desafios a vencer e com vista à sua minimização conjugam-se esforços entre intervenientes internos e externos. Em 2009-2010, as 64 medidas sancionatórias decorrentes da instauração de procedimentos disciplinares recaíram no 7.º ano. Em 2010-2011, e até à presente data, registaram-se 41, que abarcaram outros anos de escolaridade. Os mecanismos implementados com vista à minimização/superação dos problemas de natureza disciplinar (cooperação com a Comissão de Protecção de Menores de Sintra e a Escola Segura; uniformização de regras de actuação nos conselhos de turma; acção articulada entre a direcção, o director/conselho de turma e os pais e encarregados de educação; a vigilância do elemento do GCSE e dos assistentes operacionais) têm sido reforçados, desde o ano lectivo transacto, com a atribuição de um período adicional de 45 minutos à direcção de turma, para tratamento específico dos aspectos do foro disciplinar, e com a criação do *Gabinete Pró-Sucesso (GPS)*. Neste desenvolve-se um trabalho, em situação de saída do aluno da sala de aula, ao nível dos comportamentos problemáticos e da responsabilização, articulado com os encarregados de educação. Não obstante o trabalho de monitorização já realizado, constatam-se fragilidades a este nível, em resultado da tipologia de dados recolhidos em cada ano lectivo não ser uniforme, o que condiciona uma análise comparativa das ocorrências e reincidências. Para a dimensão preventiva da indisciplina, concorre a criação de percursos curriculares alternativos e de cursos PIEF, bem como a reorientação do percurso escolar de alguns alunos para os CEF. O *Plano de Acção Tutorial* que, na

fase inicial do *Projecto Mais Um Passo*, se direccionava prioritariamente para o 7.º ano, estende-se, no presente ano lectivo, a alunos de outros anos. Embora a indisciplina seja uma questão em aberto para os responsáveis, a comunidade escolar considera que o inter-relacionamento alunos-professores-pessoal não docente é positivo, reconhecendo, os alunos, uma evolução nos conflitos que surgem, pontualmente, entre si. Afirmam conhecer os critérios de avaliação no domínio das atitudes. Relativamente a estas é apresentado um perfil de aluno focalizado em quatro competências essenciais (participação, responsabilidade, sociabilidade e autonomia).

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

A heterogeneidade do contexto social, económico e cultural dos alunos leva a que as aprendizagens escolares não sejam valorizadas de igual forma pelas famílias. A Escola atenta a essas características proporciona percursos educativos e formativos diversificados, bem como estratégias que propiciem ultrapassar as baixas expectativas e a percepção negativa face à aprendizagem. Reconhece, no entanto, que a sua acção é dificultada pela falta de acompanhamento familiar que alguns alunos revelam. Para dar visibilidade aos trabalhos produzidos, fruto do esforço e do empenho dos alunos, concorrem as exposições realizadas ao longo do ano e na Semana da Escola (*Acto Único*), bem como a divulgação, através do seu sítio na *Internet*, dos blogues e do jornal escolar *Atitudes*, dinamizado pela Mediateca Escolar. É fomentada a participação dos alunos em vários projectos e concursos de âmbito nacional (*Jogo do Investimento e Prémio Católica – Professor Xavier Pintado*) ou concelhio (*Programa de Apoio à Qualidade Escolar – PAQUE*, medida 4). Estes não só premeiam o seu sucesso (*jogo Evoluir e Formar 4* - no âmbito do campeonato Nacional de Jogos Matemáticos; projecto *LudoMatemática*, no contexto do PAQUE), como estimulam e valorizam as respectivas aprendizagens que projectam, de forma positiva, no exterior. No Dia do Diploma, são entregues, em cerimónia pública, certificados e prémios aos alunos com melhor desempenho académico e que integram o Quadro de Excelência e Menção Honrosa *Matias Aires*. Esta prática abrange, igualmente, os CEF e os cursos profissionais. Aquando da mostra escolar *Acto Único* são entregues diplomas aos alunos premiados em concursos (*Logotipo Museu Escolar, Pedras Multiculturais*, a título de exemplo) promovidos pela Escola. Os inúmeros troféus alcançados no âmbito do Desporto Escolar e do Clube de Badminton são expostos e divulgados à comunidade educativa.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

Tem sido promovido, através do Conselho Pedagógico (CP), um trabalho convergente e concertado, de análise e reflexão, efectuado pelos grupos de recrutamento e pelos departamentos curriculares, no sentido de definirem perfis do aluno, quer de competências à saída de cada ciclo de ensino, quer de desempenho (nomeadamente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Inglês) e orientarem as suas práticas para a respectiva aplicação. Os docentes valorizam a base de dados, concebida internamente, que permite aferir, em sede de conselho de turma, o uso dos critérios de avaliação (gerais e específicos e as ponderações nestes contempladas), bem como as classificações atribuídas no final de cada período. Evidencia-se, no Projecto Curricular de Escola (PCE), uma reflexão globalizante ao nível da contextualização do currículo nacional e a consequente priorização das competências gerais, para os alunos dos ensinos básico e secundário, realizada pelos grupos de recrutamento. Também a identificação de áreas/conteúdos em que os alunos revelam maiores dificuldades traduz, na generalidade, um trabalho consistente, sustentado pela continuidade das equipas pedagógicas e por uma tradição de partilha de boas práticas. São fomentados o intercâmbio de materiais, a troca de experiências e a elaboração conjunta de instrumentos de avaliação. O trabalho cooperativo enforma uma prática consolidada, realizada em moldes formais ou informais, sendo de realçar o modo como valoriza e incorpora os contributos dos docentes que chegam de novo à Escola. Através do Conselho das Novas Oportunidades, com assento em CP, articulam-se as diferentes componentes de formação e os diferentes domínios e/ou unidades de educação e formação. O recurso generalizado às tecnologias de informação e comunicação (TIC) agiliza a partilha e a utilização de inúmeros documentos uniformizados. O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) desenvolve uma acção alargada que passa pelo acompanhamento psicopedagógico dos alunos, por acções de orientação escolar e vocacional e pelo apoio aos alunos e famílias na reorientação de percursos formativos.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

As reuniões de trabalho, ao nível das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, integram momentos para aferição conjunta e avaliação contínua do trabalho realizado, repercutidas na redefinição de estratégias de intervenção pedagógica. É, no entanto, ao nível do grupo de recrutamento e, dentro deste, por ano de escolaridade, que é operacionalizado o planeamento das actividades lectivas, em conformidade com as orientações dos departamentos curriculares e os objectivos estabelecidos nos documentos estruturantes. A implementação generalizada da avaliação diagnóstica no início do ano lectivo, a adesão aos testes intermédios do Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) e a elaboração de matrizes comuns são contributos válidos para a regulação das aprendizagens. Embora não esteja institucionalizada a supervisão da prática lectiva em sala de aula pelo coordenador de departamento, enquanto estratégia formativa para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, estão implementados mecanismos que asseguram o controlo da qualidade das práticas pedagógicas: verificação do cumprimento das planificações, produção conjunta de materiais, aferição de critérios de avaliação e análise de resultados. Estão previstas metodologias de acompanhamento pelo representante de disciplina, para docentes que evidenciem dificuldades na prática lectiva.

2.3 Diferenciação e apoios

A Escola mobiliza-se no diagnóstico das dificuldades de aprendizagem e na disponibilização de medidas com vista a uma efectiva inclusão dos alunos. A articulação desenvolvida entre o docente de Educação Especial, a psicóloga do SPO e os professores, maximiza a resposta aos alunos com necessidades educativas especiais e aos que evidenciam dificuldades de aprendizagem. Fruto de parcerias estabelecidas, as várias técnicas (de intervenção local, de saúde, de terapia da fala e de assistência social), ainda que com um número reduzido de horas afecto à Escola, constituem-se como uma mais-valia para a definição de estratégias e intervenção junto das famílias. A dinamização de um encontro de professores e técnicos, pelo docente de educação especial – *A caminho da inclusão... Boas Práticas Educativas, aplicadas a alunos com currículo específico individual* – propiciou, em 2009-2010, a partilha de boas práticas com docentes de outras escolas. O projecto de abertura de uma sala de actividades funcionais, sujeito a aprovação camarária, constitui-se como uma oportunidade para reforçar a oferta educativa da Escola.

Para os alunos com dificuldades de aprendizagem são propiciados apoios através do *Ateliê de Línguas* (Português, Francês e Inglês) e do *Laboratório de Matemática*. Quanto à *Sala de Estudo*, não só possibilita o desenvolvimento de trabalhos individuais e de grupo, como o esclarecimento de dúvidas. Embora não estejam implementados planos de desenvolvimento, são desenvolvidos projectos, nomeadamente o incluído no PAM II, *Núcleos de Desempenho - Reorganizar para Aprender*, com uma vertente direccionada para os alunos com capacidades excepcionais (nível de consolidação). Dado o número elevado e tendencialmente crescente, no último triénio, de alunos cuja língua materna não é o português (58, 87 e 102) e que efectuem a sua matrícula em qualquer momento do ano lectivo, o apoio específico a PLN, é fulcral para a superação das dificuldades de natureza linguística. Os projectos *EXAMELP*, no 9.º ano, e de *Preparação para o Exame*, no ensino secundário, em disciplinas sujeitas a exame nacional, apresentam-se como uma mais-valia para a consolidação de aprendizagens, reconhecida por docentes e alunos. A eficácia dos apoios é avaliada através de relatórios descritivos e da análise do sucesso. Porém, nem todas as medidas implementadas são objecto de uma monitorização sistemática e estruturada. As taxas de sucesso dos alunos com planos de recuperação e de acompanhamento não revelam valores muito satisfatórios nos 7.º e 9.º anos, sendo todavia mais elevadas no 8.º ano. No ano lectivo de 2009-2010, 50% dos alunos do 9.º ano, com planos de recuperação, concluíram o ciclo; nos 7.º e 8.º anos, os resultados foram de 41,5% e 67,5%, respectivamente.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

A Escola proporciona uma oferta educativa e formativa que considera consentânea com as expectativas dos alunos. À vertente académica são associadas actividades experimentais, presentes também em actividades de enriquecimento curricular (clubes de *Ciência* e de *Astronomia*). Aos saberes práticos e às aprendizagens profissionais, contemplados nos cursos de Ciências Socioeconómicas (pela participação dos 11.º e 12.º anos no programa Empresa), CEF e cursos profissionais, estão também subjacentes, nestes últimos (Técnico de Apoio à Infância e Animador Sociocultural) a dimensão social e de ligação à comunidade, desenvolvidas através de

actividades (*Hora do Conto*) realizadas em jardins-de-infância próximos da Escola. Os estagiários dos cursos de carácter profissionalizante, acolhidos por inúmeras empresas da região, vêm reconhecido, pelas mesmas, o trabalho que desenvolvem. As vertentes artística (*Desfile de Moda Ecológico*, realizado no âmbito da disciplina de oferta de escola, no ensino básico regular), solidária (*Criar Laços*) e de educação para a saúde (Promoção e Educação para a Saúde e Sexualidade), são promovidas através de diversas actividades constantes do Plano Anual de Actividades (PAA). O trabalho realizado pelos alunos (409, no ano transacto), no âmbito do Programa Eco-Escolas, tem sido premiado, desde 2007-2008, com o galardão Bandeira Verde. As diversas actividades dinamizadas pela equipa da Mediateca Escolar interligam e complementam as diferentes áreas do saber. Realça-se, no âmbito dos projectos com um pendor mais artístico, o valor literário e plástico patente na *Antologia Palavras e Afectos*. O Clube de Badminton, que agrega várias escolas e é anfitrião de diversos eventos relacionados com a modalidade, projecta uma imagem positiva da Escola no exterior. A dimensão desportiva ganha relevância através das diferentes modalidades de Desporto Escolar. Com a mostra escolar *Acto Único* realizada, no final do ano lectivo, os projectos e trabalhos são divulgados à comunidade, incutindo-se nos alunos uma autonomia responsável na sua preparação.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O PE, elaborado para o triénio 2008-2009 a 2010-2011, traça a orientação educativa da Escola, definindo de forma explícita objectivos, prioridades, metas e estratégias de operacionalização. Embora esteja prevista a monitorização deste documento, a não calendarização das metas e a ausência de indicadores mensuráveis para todos os objectivos definidos limitam a aferição do grau de consecução dos mesmos. O PAA, integrado numa base de dados específica, concebida internamente em 2009-2010, apresenta um leque de iniciativas abrangente às diferentes estruturas/clubes/projectos da Escola, sem fazer menção, contudo, a iniciativas propostas pela Associação de Pais e ao trabalho desenvolvido quer pelo docente de Educação Especial quer pelo SPO. Este último apresenta um plano de acção próprio sem, no entanto, especificar a calendarização das diferentes actividades. O PCE consagra a oferta educativa e as opções organizacionais e pedagógicas consideradas prioritárias, visando a concretização das metas definidas para o triénio.

A Directora planifica o ano lectivo, auscultando e envolvendo as estruturas da Escola. As equipas de gestão intermédia elaboram os respectivos planos de trabalho para o ano escolar em curso e nos horários dos docentes são previstos tempos comuns possibilitando o trabalho cooperativo. A articulação entre os horários das actividades de enriquecimento curricular, dos apoios educativos e das actividades lectivas nem sempre é bem conseguida. A Escola optou por focalizar em Língua Portuguesa e em Matemática o trabalho desenvolvido em Estudo Acompanhado, tendo esta área curricular não disciplinar sido atribuída a docentes daquelas disciplinas. Contudo, face às dificuldades reveladas pelos alunos, em 2009-2010, retomou a aposta na organização e nos métodos de trabalho, bem como na consulta e utilização de diferentes fontes de informação. Em Área de Projecto, no ensino básico, desenvolve-se a vertente da pesquisa, com a abordagem de questões transversais às diversas disciplinas numa perspectiva de educação para a cidadania. No 12.º ano, exploram-se temáticas variadas, fomentando uma visão integradora do saber, estimulando a autonomia dos alunos e a aproximação ao mundo do trabalho.

3.2 Gestão dos recursos humanos

A gestão dos recursos humanos é feita tendo em vista a adequação do perfil e experiência profissional do pessoal docente e não docente às respectivas funções. Na distribuição do serviço docente, e numa linha de responsabilidade partilhada, a Directora acolhe as sugestões dos grupos de recrutamento, privilegiando a continuidade das equipas pedagógicas, incluindo a direcção de turma, por ciclo. O desenvolvimento, desde 2007-2008, do projecto *Núcleos de Desempenho – Reorganização para Aprender*, no âmbito da disciplina de Matemática, é uma metodologia que tem requerido, em prol de uma melhor operacionalização de um ensino diferenciado, uma organização específica de horários das turmas e dos professores envolvidos. Os docentes colocados pela primeira vez, ou de novo, nesta Escola destacam o bom clima interpessoal existente e manifestam-se agradados pelos mecanismos de integração desenvolvidos pela direcção e pelas diferentes

estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. O plano de formação, delineado para 2010-2011, apresenta algumas fragilidades: não explicita a população-alvo das diversas temáticas, direccionando-as apenas para as necessidades diagnosticadas pelo corpo docente, não dando ênfase às práticas consolidadas, quer de formação assegurada por docentes da Escola, quer de replicação de conhecimentos entre pares. A formação contínua dos assistentes operacionais é incentivada mas reconhecem que, no último triénio, a oferta externa tem sido escassa. No caso das assistentes técnicas, a formação é proporcionada ao nível interno por docentes de informática, que conceberam as bases de dados utilizadas nos Serviços Administrativos. Estes têm implementado o modelo de gestão de processos, funcionando com atendimento personalizado. O espírito colaborativo e de trabalho em equipa, entre pares, é notório. A afectação de uma assistente técnica em exclusividade aos alunos dos cursos PIEF e à Acção Social Escolar possibilita-lhe uma maior celeridade na tramitação dos procedimentos inerentes aos inúmeros processos que tem a seu cargo. O acompanhamento e o apoio ao trabalho do pessoal não docente, que assume com diligência as suas funções e mantém, em regra, boas relações com alunos, professores e encarregados de educação, são garantidos, regularmente, pela coordenadora técnica e pela encarregada operacional.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

A Escola dispõe de recursos e equipamentos organizados e adequados ao serviço educativo que presta. Os espaços revelam um nível de manutenção razoável, embora se constatem infiltrações em diversos locais, nomeadamente no pavilhão gimnodesportivo e na Mediateca Escolar. A acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada não está salvaguardada em todos os espaços, em particular a este último, localizado no primeiro piso. Integrada na Rede de Bibliotecas Escolares, a Mediateca apresenta-se como um pólo educativo agradável, capaz de responder às necessidades e interesses dos seus utilizadores, permitindo, simultaneamente, desenvolver o prazer da leitura e o interesse pela Ciência, Arte e Cultura. Localizada no espaço exterior, a Casa Saloia do século XVIII, *ex-libris* da Escola, integra um pequeno centro etnográfico. O pavilhão gimnodesportivo *José Amores* e o ginásio reúnem condições de excelência para a prática de educação física e de actividades desportivas. Localizado no pavilhão do refeitório, existe um palco utilizado para a realização de espectáculos, encontros com as famílias, entre outras iniciativas. As salas específicas encontram-se devidamente equipadas. No que respeita aos meios informáticos, a Escola encontra-se bem apetrechada, rentabilizando-os com a promoção de práticas educativas estimulantes. Os laboratórios, onde as normas de segurança estão salvaguardadas, apresentam condições e equipamento adequado à realização de actividades experimentais. A Escola possui plano de segurança interno, estando acautelada a realização de simulacros e de exercícios de evacuação. Constata-se a fácil intrusão de estranhos e a saída indevida de alunos no e do espaço escolar através do muro norte, em resultado de intervenções realizadas no terreno exterior. A ocupação plena dos espaços não impede a disponibilização de gabinetes de trabalho para os docentes. A Escola revela iniciativa e capacidade de gerar receitas próprias, cedendo instalações (pavilhão gimnodesportivo) a título oneroso, ou pela candidatura a projectos financiados, nomeadamente ao nível concelhio (PAQUE). As verbas são aplicadas de acordo com os objectivos e as prioridades definidas nos documentos orientadores.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

Os responsáveis da Escola, tendo presente que uma das áreas de intervenção preconizadas no PE é a participação activa dos pais e encarregados de educação (visando um aumento de 5%) na vida escolar dos seus educandos, desenvolvem para tal iniciativas diversas: a cerimónia de abertura do ano lectivo, que inclui a recepção aos pais dos alunos dos 7.º e 10.º anos; promovem a realização de acções de formação/palestras/momentos de debate – *Formação Parental* – em parceria com a Associação Portuguesa de Pais Intervenientes em Educação, entre outras. É, essencialmente, por intermédio dos seus representantes, nos órgãos em que estes têm assento, que os pais e encarregados de educação participam na vida escolar e colaboram na reformulação dos documentos estruturantes. Através da página *Web* da Escola podem tomar conhecimento de informações de natureza diversa e das iniciativas dinamizadas. São as exposições de trabalhos, a mostra escolar *Acto Único* e a cerimónia de reconhecimento público do mérito de alunos, as mais apelativas à sua presença. Os pais e encarregados de educação consideram crucial o papel dos directores de turma e a sua disponibilidade no contacto com as famílias; valorizam a flexibilização do horário de atendimento e a realização de reuniões em horário pós-laboral. Da monitorização realizada, durante o triénio 2006-2007 a

2009-2010, aos seus índices de presença nas reuniões de final de período, constatou-se que foi no 7.º ano que se registaram, no ano transacto, os valores percentuais mais elevados (1.º período: 55%; 2.º período: 52% e 3.º período: 50%). A Associação de Pais e Encarregados de Educação, embora reduzida a cinco elementos, evidencia uma atitude colaborativa com a direcção na resolução de problemas e uma clara disponibilidade para o acompanhamento das actividades escolares. A relação estreita com a comunidade envolvente evidencia-se no número considerável de parcerias ao nível dos estágios dos cursos profissionalizantes. A Câmara Municipal de Sintra e as juntas de freguesia de Aqualva e de Mira Sintra são parceiras de referência na concretização do PAA.

3.5 Equidade e justiça

A Escola demonstra uma política activa de inclusão, orientada por princípios de equidade e de justiça, com vista à integração socioescolar e à criação de oportunidades de sucesso para todos. As necessidades educativas especiais e os problemas de aprendizagem são alvo de particular atenção, sendo proporcionadas acções diferenciadas, embora os resultados não sejam ainda os desejados. O *Gabinete Via Verde*, no âmbito do Programa Escolhas, presta um acompanhamento aos alunos ao nível tutorial, do desenvolvimento pessoal e esclarecimentos sobre cursos e vias profissionais. Aborda, de forma lúdica, temáticas relacionadas com os valores, as competências cívicas, os problemas da adolescência, entre outras. A oferta educativa, o acesso generalizado aos recursos e equipamentos e as iniciativas dinamizadas propiciam iguais oportunidades para todos e acautelam o absentismo e o abandono escolar. As actividades e projectos desenvolvidos evidenciam a multiculturalidade existente (de que são exemplo, entre outros, *Um olhar sobre a Ucrânia e Cabo Verde*, *Interculturalidades* e o *Dia da Gastronomia*), fomentando o sentimento de pertença à comunidade escolar.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

Os documentos estruturantes traduzem, de forma clara, uma visão e estratégia para o desenvolvimento da Escola, perspectivando-a como inclusiva e promotora, através da sua oferta educativa diversificada, do sucesso educativo de todos os alunos, reduzindo o abandono e o absentismo escolar, bem como a indisciplina. A liderança da Directora é reconhecida pelo espírito de abertura ao diálogo, pautando-se pela negociação na tomada de decisões. As principais linhas de intervenção estratégica, apropriadas pela generalidade da comunidade educativa, passam: pela consolidação quer das boas práticas ao nível do processo de ensino e aprendizagem quer da inovação pedagógica e organizacional; pelo reforço da participação e desenvolvimento cívico e pela melhoria do clima e ambiente educativos. No entanto, a não hierarquização e calendarização dos objectivos para o desenvolvimento da organização e a não definição de indicadores avaliáveis em todos as dimensões de intervenção limitam a sua capacidade de auto-regulação. O trabalho realizado tem contribuído para que a Escola seja reconhecida pelo acolhimento que disponibiliza a todos os elementos da comunidade educativa e pelo profissionalismo do pessoal docente e não docente, dos órgãos e estruturas educativas.

4.2 Motivação e empenho

A Directora, presente e disponível, incentiva as diferentes estruturas intermédias a tomar decisões nas áreas das suas competências. O Conselho Pedagógico, que evidencia uma cultura de cooperação muito consolidada, funciona como um dos motores na procura da melhoria da qualidade do serviço prestado. São um traço marcante a motivação e o empenho dos vários patamares de liderança, assim como dos diferentes profissionais, em torno das finalidades delineadas no PE. O espírito de entreatajuda, o respeito pelas sugestões/propostas entre pares e o estudo conjunto da sua viabilidade concorrem para que os docentes se impliquem nas actividades, reforcem o seu sentimento de pertença e vivam a Escola. Os directores de turma desempenham um papel fulcral na articulação escola-família-aluno e com os serviços técnico-pedagógicos. Releva-se o bom ambiente de interacção humana. O Conselho Geral é um órgão questionante e interventivo, que pauta a sua acção pela prestação de contributos pertinentes para a melhoria da organização escolar. A monitorização da assiduidade dos profissionais revela um decréscimo nas respectivas taxas de absentismo (pessoal docente: de 8,9% para 7,1%; pessoal não docente: de 10,1% para 8,5%), entre 2008-2009 e 2009-

2010, atingindo neste último ano valores inferiores às respectivas taxas nacionais (-0,4% e -2,0%). Estão previstos mecanismos e procedimentos para atenuar os efeitos das suas ausências.

4.3 Abertura à inovação

A Escola revela uma grande capacidade de abraçar novos desafios aderindo a projectos de melhoria e de inovação, designadamente na área das metodologias de ensino e desenvolvimento curricular, tendo sido premiada, várias vezes, nos concursos de Projectos de Excelência do concelho de Sintra, nomeadamente com o projecto *Bons métodos - Bons resultados*, que potencia a construção de guias práticos (elaboração de: esquema, resumo, bibliografia, entre muitos outros), divulgando-os no sítio da Escola. Desde 2008-2009, que tem vindo a ser aplicada, primeiro no 7.º ano, uma metodologia por níveis de desempenho (*aplicação, consolidação e aprofundamento*). Concebida por um grupo de docentes de Matemática, e divulgada em sede do encontro nacional ProfMat 2008, já abarca em 2010-2011 algumas turmas de 8.º ano diagnosticadas com dificuldades. Esta dinâmica é reconhecida pelos responsáveis como fulcral para a realização de um trabalho diferenciado. A divulgação das boas práticas pedagógicas e organizacionais da Escola no exterior é uma oportunidade a reforçar. O incentivo ao uso generalizado das TIC, e como estratégia de ensino e aprendizagem, fomenta, também, a agilização da comunicação entre docentes e alunos. Configura, igualmente, uma forma estratégica de aprofundamento do trabalho em rede, propiciando a partilha de boas práticas. A página Web da Escola, em progressivo aperfeiçoamento, é um bom canal de divulgação de iniciativas e informações, reforçada com *links* diversos e a criação de blogues. As salas virtuais permitem a realização de trabalhos diferenciados, funcionando como apoio a alunos com dificuldades de aprendizagem ou com capacidades excepcionais.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Escola estabeleceu múltiplas parcerias e protocolos com diversas entidades públicas e privadas, tendo em vista a procura de respostas contextualizadas às necessidades educativas e formativas dos seus alunos e a melhoria da prestação do serviço educativo, nomeadamente no âmbito do *Gabinete da Saúde*. A mais-valia destas dinâmicas é reconhecida pela comunidade escolar, pelas repercussões positivas que delas advêm para a valorização das aprendizagens e para a formação integral dos alunos. São de relevar, no âmbito da inclusão, as parcerias estabelecidas com a Casa Seis – Associação Para o Desenvolvimento Comunitário, no âmbito do Programa *Escolhas*, em conjunto com outras entidades parceiras, bem como com o Centro de Recursos para a Inclusão. A articulação com a Unidade de Cuidados Continuados do Cacém enriquece, no campo da saúde escolar, a formação e os esclarecimentos prestados aos alunos. No âmbito da realização de estágios e formação em contexto de trabalho, a Escola tem celebrado inúmeros protocolos de colaboração (nas áreas da informática e da contabilidade; infantários; clubes recreativos, entre outros). Ao participar em projectos concelhios (SintraAnima), nacionais (Olimpiadas da Matemática, por exemplo) e internacionais (programas: *Eco-Social* e *Eco-Escolas*), a Escola proporciona aos alunos experiências enriquecedoras que complementam os saberes. A abertura à comunidade passa pela disponibilização de recursos (Pavilhão Desportivo e refeitório) a entidades locais e a escolas vizinhas (no âmbito dos clubes de *Badminton* e de *Astronomia*).

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

5.1 Auto-avaliação

A Escola tem implementado, com carácter regular, procedimentos auto-avaliativos assentes na recolha e tratamento estatístico dos resultados académicos bem como a actividades constantes do PAA. A análise e reflexão sobre os mesmos, efectuadas pelos diferentes órgãos e estruturas educativas e a que se associam as reflexões críticas produzidas ao nível das estruturas de gestão intermédias, permitiram identificar as fragilidades e os aspectos positivos. As diferentes equipas de auto-avaliação, constituídas desde 2006, assentaram o respectivo trabalho, entre 2008 e 2010, em questionários aplicados à comunidade educativa, que avaliavam o grau de satisfação em algumas áreas. Contudo, o processo desenvolvido, embora meritório, denota algumas fragilidades, porquanto não enformou um processo de auto-avaliação estruturado, sistematizado em todos os domínios do funcionamento da Escola e consubstanciado em instrumentos fiáveis e numa amostra

representativa dos inquiridos. Embora o esforço realizado não tenha revestido uma dinâmica agregadora de auto-avaliação, divulgada, atempada e eficientemente, a toda a comunidade educativa, possibilitou a identificação de áreas de intervenção pedagógica prioritárias e esteve na base da tomada de decisões e na definição, para o ano lectivo subsequente, de orientações em termos de planeamento.

5.2 Sustentabilidade do progresso

As práticas auto-avaliativas desenvolvidas têm permitido à Escola identificar debilidades e estabelecer prioridades educativas, constantes no PE. A implementação de estratégias direccionadas para a sua superação denota uma atitude crítica de autoquestionamento. A comunidade escolar está mobilizada para continuar a promover a reflexão sobre as práticas e a monitorizar sistematicamente a eficácia das medidas implementadas, através de instrumentos uniformizados e ajustados às respectivas especificidades. Reconhece a necessidade de aperfeiçoamento do processo de auto-avaliação, alargando-o aos vários sectores da Escola, estruturando-o e desenvolvendo-o de forma regular e consistente, por forma a que os resultados possam integrar uma estratégia concertada, direccionada para a superação das fragilidades e a consolidação dos pontos fortes. Perspectiva, assim, tornar esse processo uma ferramenta estratégica de planeamento e de acção que assegure a melhoria do desempenho organizacional, como garante do desenvolvimento sustentado da Escola.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da **Escola Secundária com 3.º ciclo de Matias Aires** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por:

- **Pontos fortes** – atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objectivos;
- **Pontos fracos** – atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objectivos;
- **Oportunidades** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos;
- **Constrangimentos** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A diversificação da oferta educativa e formativa face às necessidades e a valorização da excelência dos resultados escolares, do empenho e do mérito;
- A definição de perfis de competências e de desempenho, fruto de um trabalho global de análise e reflexão realizado pelas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e consubstanciado na aferição da aplicação dos critérios de avaliação, agilizada por uma base de dados interna;
- A abrangência do currículo e a valorização dos saberes e das aprendizagens, com forte impacto na formação integral dos alunos;

- A valorização conferida à dimensão social da educação e à boa integração socioescolar, na procura de condições para que todos os alunos usufruam de idênticas oportunidades de sucesso;
- Os profissionais empenhados em garantir a prossecução dos objectivos definidos no Projecto Educativo e as práticas enraizadas de entreajuda e partilha existentes, propiciando um bom ambiente de trabalho;
- A grande capacidade de abraçar novos desafios aderindo a projectos de melhoria e de inovação, designadamente na área das metodologias de ensino e desenvolvimento curricular, com recurso estratégico às tecnologias da informação e da comunicação;
- A rede activa de parcerias em áreas de intervenção prioritárias, favorecendo o empreendedorismo e o aumento da sinergia associada aos cursos de carácter profissionalizante, com impacto na melhoria da prestação do serviço educativo.

Pontos fracos

- A oscilação dos resultados académicos nos ensinos básico e secundário, não obstante a implementação de diversas estratégias de melhoria;
- A não monitorização, sistemática e estruturada, de todas as medidas de apoio educativo implementadas, condicionante de uma avaliação mais consistente e precisa do seu impacto e eficácia;
- A não calendarização das metas e a existência de indicadores mensuráveis apenas em alguns dos objectivos definidos no Projecto Educativo, dificultam a avaliação do grau de consecução dos mesmos;
- As fragilidades do plano de formação, que não explicita a população-alvo das diversas temáticas, nem dá ênfase às práticas consolidadas, quer de formação interna, quer de replicação de conhecimentos entre pares;
- O processo de auto-avaliação ainda pouco estruturado e sistematizado.

Oportunidades

- O reforço da oferta educativa da Escola com a possibilidade de entrada em funcionamento de uma sala de actividades funcionais para responder às necessidades específicas dos alunos;
- O reforço da divulgação das boas práticas pedagógicas e organizacionais da Escola no exterior;
- O alargamento das parcerias com vista à melhoria do serviço educativo prestado.

Constrangimentos

- A intrusão de estranhos e a saída indevida de alunos do espaço escolar através do muro norte, em resultado de intervenções realizadas no terreno exterior.